

O direito de não ter filhos

O planejamento familiar está sendo discutido na imprensa por autores das mais variadas tendências ideológicas e formações intelectuais. O ponto de vista adotado varia amplamente. Ora se procura mostrar o dedo alheia, ora os interesses de pessoas, grupos e instituições. O enfoque por vezes é econômico-social, mas predomina, creio, o político-ideológico.

O que sempre me chama a atenção nesse debate é que, raramente, nas colocações feitas por autores de diferentes correntes ideológicas e científicas, transparece a preocupação com os possíveis interesses e direitos das pessoas que mais sofrem o problema: as mulheres em idade fértil, sobretudo as pertencentes aos grupos social, econômica e culturalmente marginalizados. Nesse ponto se dão as mãos alguns autores que se filiam ao pensamento de esquerda, os conservadores bispos e papas da Igreja Católica (pelo menos no tocante a este ponto) e os pensadores que poderiam ser considerados como situados à direita do espectro político. Podem discordar se deve ou não o Estado ou qualquer instituição social interferirem, no sentido de pôr à disposição da população conhecimentos, instrumentos e medicamentos que permitam a realização da anticoncepção. Mas, de modo geral, estão aparentemente concordes em que a população não precisa ser ouvida, certamente porque a encaram como composta de pessoas destituídas de direitos específicos e de capacidade de decidir por si mesmas.

O atual Papa, por exemplo, parece ter uma concepção de que aos homens não é permitido pensar com suas próprias cabeças. O sentir e agir dos mesmos, no que diz respeito a um assunto tão íntimo, como o das relações sexuais, inclusive entre marido e mulher, são invadidos com uma sem-cerimônia que, a mim pelo menos, choca. Mas se trata de posição que não tem nenhuma relação com o mundo moderno e que, de fato, não afeta senão a uma minoria muito pequena de crentes que levam demasiado a sério posições tão dogmáticas. Pelo que sei, as mulheres católicas engravidam e abortam por razões que nada têm de religiosas e que estão muito mais relacionadas à pobreza e à ignorância.

Quanto aos autores mais conservadores, sua concepção do problema do planejamento familiar

me desgosta pelo fato de tenderem a estabelecer uma relação de causa e efeito inversa entre duas variáveis. Realmente, pelo menos em grande número de trabalhos, dão a impressão de que a riqueza social aumenta na medida em que diminui a população de marginais, de pobres, de deserdados pela estrutura sócio-econômica vigente. O que equivale a dizer que não é o trabalho que produz mas o capital. É claro que, no atual estágio de avanço do capitalismo, com o uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra, um excesso de população adulta desqualificada e com restrito poder de consumo, transformou-se em disfuncional para o sistema. Não lhe interessa a existência da mesma porque ela pouco ou nada contribui para o processo de valorização do capital, e também por exigir freqüentes vezes, recursos materiais e humanos para ser controlada socialmente (por ser foco de tensão social). A proposta desses autores, no fundo, é egoísta. No entanto, por vias transversas, ela atende às solicitações das milhões de miseráveis que desejariam ter condições de fugir à maternidade indesejada e que, em elevadíssima proporção, as leva ao aborto provocado.

No caso dos que se manifestam sobre o planejamento familiar, e que são, de um modo ou de outro, vinculados ao pensamento de esquerda, o problema é melhor percebido. Ou seja, entende-se que, historicamente, a queda nas taxas de natalidade ocorre à medida que se produz um processo de desenvolvimento econômico e social. Eles têm claro que a variável determinante é o desenvolvimento, sendo o crescimento demográfico antes efeito do que causa. No entanto, padecem, freqüentes vezes, de uma visão mecanicista da questão, pois não percebem que estamos diante de uma totalidade em que crescimento demográfico e desenvolvimento sócio-econômico se condicionam e estimulam reciprocamente. Não é pelo fato de se controlar o número de nascimentos que o país aumentará sua riqueza social. Mas é também verdadeiro que, diante de uma política econômica corretamente conduzida em direção àquele objetivo, a restrição ao crescimento demográfico pode produzir efeitos positivos. Sobretudo quando o tipo de tecnologia utilizado tende a poupar mão-de-obra.

A concordância com as colocações normalmente feitas por pessoas à esquerda, não significa, contudo, que devamos endossar a consequência por vezes tirada dessas teses por algumas delas. No caso, a de que não se deve pôr à disposição dos segmentos sociais inferiorizados de vários modos (sobretudo econômica e culturalmente) conhecimentos e condições materiais para a prática da anticoncepção. É como se os puníssemos duplamente: por não terem esses conhecimentos e condições, negamos-lhes o direito que reconhecemos às camadas sociais privilegiadas. Pior ainda é quando a luta contra esse direito se estriba numa equivocada teoria: a de que o aumento da população lúmpen levaria a um grau tal de tensão social que provocaria uma radical alteração da ordem social em direção ao socialismo. Não vou discorrer a respeito do assunto, mas apenas lembro que uma revolução social se faz através da ação de classes e frações de classe com consciência de objetivos po-

líticos definidos. O lúmpen, via de regra, sempre serviu aos interesses das classes conservadoras.

É notório que há grupos vinculados ao pensamento de esquerda que têm uma posição mais consistente. Que defendem o direito da mulher ao uso de seu corpo, inclusive sexualmente, sem a consequência de uma maternidade indesejada. E que, ao mesmo tempo, lutam para que a redução das taxas de natalidade se faça pelo caminho seguido pelas nações hoje tidas como social, econômica e culturalmente avançadas, isto é, pelo do desenvolvimento sócio-econômico. Qualquer, porém, que seja a motivação ideológica, julgo que o direito de mulheres de qualquer classe social a recusar uma maternidade indesejada deve ser um ponto a ser aceito sem qualquer contestação.

José Carlos Pereira

Departamento de Medicina Social
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP

Instituto de Salud Colectiva
Universidad Nacional de Lanús

Mas a civilização chinesa tem a todo-poderosa beleza do totalmente outro, e só o totalmente outro pode inspirar o mais profundo amor e o mais profundo desejo de aprender.

J. Needham. *The grand titration*, 1969